

**INSTITUTO  
SEGURANÇA  
SOCIAL**  
PORTO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE  
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**ANO DE**  
2017

**DENOMINAÇÃO** CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO

**MORADA** Rua do Mosteiro

**N. 256**      **ANDAR**                      **LOCALIDADE** Vilarinho

**FREGUESIA** Vilarinho

**CONCELHO** Santo Tirso

**COD. POSTAL** 4795-813

EM \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Contabilista Certificado)

**A DIREÇÃO**

**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL**

**DATA:** Vilarinho \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

Vilarinho \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

**ASSINATURAS**

Vitor Dunga da Cunha Pereira

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**

Vitor Dunga da Cunha Pereira

Maria Fátima e C. L.

Felipe da Silva Almeida

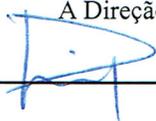
**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Contribuinte : 506005429

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	3 847,94	3 022,22
Ativos intangíveis	5	569,90	0,00
Investimentos financeiros	11.1	412,82	250,34
		4 830,66	3 272,56
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	6	317,56	89,20
Créditos a receber	11.2	6 309,00	9 496,40
Estado e outros entes públicos	11.8	598,09	678,70
Diferimentos	11.4	2 170,62	946,81
Outros ativos correntes	11.3	4 607,30	4 300,72
Caixa e depósitos bancários	11.5	150 408,64	141 606,16
		164 411,21	157 117,99
<b>Total do ativo</b>		169 241,87	160 390,55
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	11.6	2 750,00	2 750,00
Resultados transitados	11.6	64 902,45	60 926,27
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	75 000,00	75 000,00
		142 652,45	138 676,27
Resultado líquido do período		3 511,46	3 976,18
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		146 163,91	142 652,45
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.7	5 199,15	754,54
Estado e outros entes públicos	11.8	2 435,84	2 336,24
Outros passivos correntes	11.9	15 442,97	14 647,32
		23 077,96	17 738,10
<b>Total do passivo</b>		23 077,96	17 738,10
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		169 241,87	160 390,55

A Direção



Contabilista Certificado



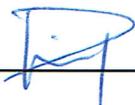
Handwritten signature: *Mef*  
*Vitor*  
*afelo*

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

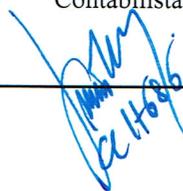
**Moeda : (Valores em Euros)**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		98 543,00	89 355,80
Pagamentos de apoios		-50,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-50 052,89	-50 256,07
Pagamentos ao pessoal		-74 928,95	-70 021,76
Caixa gerada pelas operações		-26 488,84	-30 922,03
Outros recebimentos/pagamentos		24 281,10	29 238,58
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-2 207,74	-1 683,45
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-2 048,93	-793,35
Ativos intangíveis		-641,14	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		478,84	2 032,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-2 211,23	1 238,65
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	2 000,00
Doações		13 239,13	7 367,88
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	-2 000,00
Juros e gastos similares		-17,68	-36,78
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		13 221,45	7 331,10
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		8 802,48	6 886,30
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
		141 606,16	134 719,86
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
		150 408,64	141 606,16

A Direção



Contabilista Certificado



MEP  
 Kitar  
 CFE

Entidade: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 506005429

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro Dia	SAD	PERÍODOS	
				2017	2016
Vendas e serviços prestados	7	33.587,30	61.768,30	95.355,60	94.667,20
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9/11.11	-53.032,21	-82.378,34	-135.410,55	-125.848,42
<b>Resultado Bruto</b>		<b>-19.444,91</b>	<b>-20.610,04</b>	<b>-40.054,95</b>	<b>-31.181,22</b>
Outros Rendimentos	8/11.10/11.12/11.14	19.798,58	59.304,30	79.102,88	70.263,66
Gastos administrativos	4/5/11.11	-8.799,62	-25.763,92	-34.563,54	-34.975,53
Outros Gastos	11.13	-243,23	-729,70	-972,93	-130,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-8.689,18	12.200,64	3.511,46	3.976,18
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-8.689,18</b>	<b>12.200,64</b>	<b>3.511,46</b>	<b>3.976,18</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-8.689,18</b>	<b>12.200,64</b>	<b>3.511,46</b>	<b>3.976,18</b>

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	7	95 355,60	94 667,20
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.10	75 857,82	67 833,12
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-24 776,49	-22 376,88
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-33 556,65	-34 200,54
Gastos com o pessoal	9	-110 538,06	-103 409,54
Outros rendimentos	11.12/11.14	3 245,06	2 430,54
Outros gastos	11.13	-972,93	-130,73
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>4 614,35</b>	<b>4 813,17</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-1 102,89	-836,99
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>3 511,46</b>	<b>3 976,18</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>3 511,46</b>	<b>3 976,18</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>3 511,46</b>	<b>3 976,18</b>

A Direção

Contabilista Certificado




MCF  
 Vitor  
 fco

*FP*

*FP  
Vila  
2017*

# **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO**

**Anexo**

**Demonstrações Financeiras**

**2017**



## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	7
4	Ativos Fixos Tangíveis .....	11
5	Ativos Intangíveis .....	12
6	Inventários .....	12
7	Rédito .....	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	13
9	Benefícios dos empregados .....	13
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	14
11	Outras Informações .....	14
11.1	Investimentos Financeiros .....	14
11.2	Créditos a receber .....	14
11.3	Outros ativos correntes .....	15
11.4	Diferimentos .....	15
11.5	Caixa e Depósitos Bancários .....	15
11.6	Fundos Patrimoniais .....	15
11.7	Fornecedores .....	15
11.8	Estado e Outros Entes Públicos .....	16
11.9	Outros passivos correntes .....	16
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração .....	16
11.11	Fornecimentos e serviços externos .....	16
11.12	Outros rendimentos .....	17
11.13	Outros gastos .....	17
11.14	Resultados Financeiros .....	17
11.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados .....	17
11.16	Acontecimentos após data de Balanço .....	18

HEF  
Vitor  
Gomes



## **1 Identificação da Entidade**

O “CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILARINHO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social”, registada com a inscrição nº 25/2002 a fls.77 verso e 78 do livro nº 6 das Fundações de Solidariedade Social em 12/04/2002, com a sua sede na Rua do Mosteiro, nº 256, Vilarinho – Santo Tirso.

MEF  
Vila  
S.T.

Tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social e cristã;
- Aperfeiçoamento cultural, espiritual e moral de todos os paroquianos;
- Espírito de convivência e de solidariedade social como fator decisivo do trabalho comum, tendente à valorização integral dos indivíduos, das famílias e demais agrupamentos da comunidade paroquial;
- Proporcionar, com respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus utentes e não permitir qualquer atividade que se oponha aos princípios cristãos.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

### **3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.2 Continuidade**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

#### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

#### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

#### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

#### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

P

**3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

ALP  
Vita  
Ceb**3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

**3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.


### 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

#### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

A

MCP  
Vite  
Yes

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

### 3.2.5 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

A

### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

M  
V  
C

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

## 4 Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e as alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Equipamento Básico	39.872,44				39.872,44
Equipamento de Transporte	100.197,24				100.197,24
Equipamento Administrativo	834,10				834,10
Equipamento Informático	1.787,80	766,01			2.553,81
Outros Ativos Fixos Tangíveis	0,00	1.091,36			1.091,36
<b>Ativo Tangível Bruto</b>	<b>142.691,58</b>	<b>1.857,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>144.548,95</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Equipamento Básico	36.850,22	836,99			37.687,21
Equipamento de Transporte	100.197,24				100.197,24
Equipamento Administrativo	834,10				834,10
Equipamento Informático	1.787,80	12,77			1.800,57
Outros Ativos Fixos Tangíveis	0,00	181,89			181,89
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>139.669,36</b>	<b>1.031,65</b>			<b>140.701,01</b>
<b>Ativo Tangível Líquido</b>	<b>3.022,22</b>	<b>825,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.847,94</b>

## 5 Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e 2017, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2016	Adições	Abate	Transferência	31-12-2017
Programas de computador	630,00	641,14			1.271,14
<b>Ativo Intangível Bruto</b>	<b>630,00</b>	<b>641,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.271,14</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Programas de computador	630,00	71,24			701,24
<b>Depreciações Acumuladas</b>	<b>630,00</b>	<b>71,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>701,24</b>
<b>Ativo Intangível Líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>569,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>569,90</b>

## 6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	91,24	14.009,96	8.364,88	89,20	15.470,76	9.534,09	317,56
<b>Total</b>	<b>91,24</b>	<b>14.009,96</b>	<b>8.364,88</b>	<b>89,20</b>	<b>15.470,76</b>	<b>9.534,09</b>	<b>317,56</b>
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>				<b>22.376,88</b>			<b>24.776,49</b>

## 7 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>95.355,60</b>	<b>94.667,20</b>
Quotas de utilizadores	95.355,60	94.667,20
<b>Outros Réditos</b>	<b>478,84</b>	<b>2.032,00</b>
Juros e rendimentos aplicações financeiras	478,84	2.032,00
<b>Total</b>	<b>95.834,44</b>	<b>96.699,20</b>

## 8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2017			31-12-2016		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	53.049,60	0,00	0,00	51.958,56
C M Santo Tirso	Não reembolsável	0,00	0,00	35,00	0,00	0,00	30,00
J F Vilarinho	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>53.084,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.088,56</b>

## 9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Sociais, nos períodos de 2017 e 2016, foram de "8". Durante o período de 2017 mantiveram-se os Órgãos Sociais nomeados para o quadriénio 2016-2019, que têm a seguinte composição:

### Direção

Presidente – Pe. Felisberto Domingos Alves Capela;

Vice-Presidente – Victor Diogo da Cunha Ribeiro;

Secretário – Soraia Luciana da Costa Malheiro;

Tesoureiro – Idalino Martinho da Costa Ferreira;

Vogal – Manuel Fernando Carneiro da Cunha.

### Conselho Fiscal

Presidente – Amaro Machado Pontes;

Vogal – Henrique Fernando Teixeira dos Santos;

Vogal – Pedro Jorge Teles de Sousa.

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2017 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
1	Motorista	500

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 e em 31/12/2017 foram de "10".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	88.204,63	83.550,43
Indemnizações	0,00	71,63
Encargos sobre as Remunerações	19.683,83	18.392,97
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.309,81	1.123,91
Outros Gastos com o Pessoal	1.339,79	241,50
IEFP – Estágios/CEI	0,00	29,10
<b>Total</b>	<b>110.538,06</b>	<b>103.409,54</b>

## 10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2017	2016
Cooperativa Elétrica de Vilarinho	50,00	50,00
FCT – Fundo Compensação Trabalho	362,82	200,34
<b>Total</b>	<b>412,82</b>	<b>250,34</b>

### 11.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	6.309,00	9.496,40
<b>Total</b>	<b>6.309,00</b>	<b>9.496,40</b>

### 11.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos a fornecedores	629,25	322,67
Entidades do Setor Publico Administrativo - IEFP	3.978,05	3.978,05
<b>Total</b>	<b>4.607,30</b>	<b>4.300,72</b>

### 11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	1.033,49	946,81
Outras despesas com custo diferido	1.137,13	0,00
<b>Total</b>	<b>2.170,62</b>	<b>946,81</b>

### 11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	4,23	2,25
Depósitos à ordem	28.213,25	69.880,29
Depósitos a prazo	122.191,16	71.723,62
<b>Total</b>	<b>150.408,64</b>	<b>141.606,16</b>

### 11.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2.750,00	0,00	0,00	2.750,00
Resultados transitados	60.926,27	3.976,18	0,00	64.902,45
Outras variações nos fundos patrimoniais	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00
<b>Total</b>	<b>138.676,27</b>	<b>3.976,18</b>	<b>0,00</b>	<b>142.652,45</b>

### 11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	5.199,15	754,54
<b>Total</b>	<b>5.199,15</b>	<b>754,54</b>

### 11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	598,09	678,70
<b>Total</b>	<b>598,09</b>	<b>678,70</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	255,00	237,00
Segurança Social	2.161,25	2.084,88
Fundo Compensação Trabalho	19,59	14,36
<b>Total</b>	<b>2.435,84</b>	<b>2.336,24</b>

### 11.9 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	15.442,97	0,00	14.647,32
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>15.442,97</b>	<b>0,00</b>	<b>14.647,32</b>

### 11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios das Entidades Públicas	53.084,60	52.088,56
Doações e heranças – Donativos	22.773,22	15.744,56
<b>Total</b>	<b>75.857,82</b>	<b>67.833,12</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

### 11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	96,00	62,00
Serviços especializados	10.099,76	11.112,37
Materiais	672,02	668,13
Energia e fluidos	12.011,34	10.944,66
Serviços diversos	10.539,30	11.243,51
Encargos com utentes	138,23	169,87
<b>Total</b>	<b>33.556,65</b>	<b>34.200,54</b>

### 11.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Outros rendimentos</b>	<b>2.766,22</b>	<b>398,54</b>
Descontos de pronto pagamento obtidos	4,95	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	246,08
Outros	2.761,27	152,46
<b>Juros e rendimentos similares</b>	<b>478,84</b>	<b>2.032,00</b>
Juros obtidos	478,84	2.032,00
<b>Total</b>	<b>3.245,06</b>	<b>2.430,54</b>

### 11.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	238,06	34,73
Outros Gastos	734,87	96,00
<b>Total</b>	<b>972,93</b>	<b>130,73</b>

### 11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	478,84	2.032,00
<b>Total</b>	<b>478,84</b>	<b>2.032,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>478,84</b>	<b>2.032,00</b>

### 11.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2017, foi o seguinte:

Centro de Dia – 15 utentes;

Serviço Apoio Domiciliário – 27 utentes.

**11.16 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Vilarinho, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



A Direção



MEF data 